



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NAS EMPRESAS MINERÁRIAS: ANÁLISE A PARTIR DE ALGUNS MUNICÍPIOS DA RMBH

Renata de Leorne Salles (Puc Minas) - renatasalles2020@gmail.com

Arquiteta e urbanista. Mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Minas. Pesquisadora do INCT/Observatório das Metrôpoles e Lab-Urb/UFMG.

Júnia Ferrari (UFMG) - juniaferrari15@gmail.com

Arquiteta e urbanista. Profa. do Depto. de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Subcoordenadora do Lab-Urb/UFMG. Pesquisadora do INCT/Observatório das Metrôpoles.

Renato Barbosa Fontes (UFMG) - renatabfontes@gmail.com

Assistente social. Doutor em Ciências Sociais. Pós-doutorando pelo NPGAU/UFMG. Pesquisador do INCT/Observatório das Metrôpoles e Lab-Urb/UFMG

Viviane Fernandes Ribeiro (UFMG) - ribeirovivianef@gmail.com

Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Pesquisadora do Lab-Urb/UFMG

O "investimento social privado" nas empresas minerárias: análise a partir de alguns municípios da RMBH

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um desdobramento de parte da pesquisa em curso intitulada "Governança e Associativismo na Região Metropolitana", que investiga o quadro mais recente da relação entre as empresas minerárias, seus projetos de "investimento social privado"¹ e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com as quais mantêm algum vínculo em sete municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a saber: Brumadinho, Caeté, Itatiaiuçu, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará. Neste artigo, especificamente, pretende-se demonstrar como se organizam esses projetos, isto é, quais os princípios orientadores, os temas priorizados, as parcerias estabelecidas e a relação com os territórios onde se dão essas práticas.

Este debate insere-se numa problematização mais ampla sobre os efeitos do neoliberalismo – e do momento "ultraliberal"² – sobre a dinâmica do associativismo. A hipótese é que, no caso das mineradoras pesquisadas, a maior parte desse "investimento social privado", bem como certas parcerias firmadas entre essas empresas minerárias e algumas OSCs locais, podem ser traduzidas em estratégias de controle e adequação deste grupos no sentido do empreendedorismo social. Isto é, acreditamos que está em curso um processo de conversão gradual de algumas OSCs em direção a uma atuação de caráter mercantil-filantrópico. Em outros termos, é possível que esteja em curso um processo de conversão gradual do associativismo em direção a uma atuação mercantil-filantrópica, além do constrangimento da sociedade civil local no que diz respeito a uma possível luta contra os efeitos deletérios do extrativismo mineral. De outro ângulo, acreditamos que este modelo de 'investimento social privado' também seria uma forma de qualificar a imagem das empresas e legitimá-las perante a sociedade. Assim, este tipo de prática social poderia ocultar uma intenção de defesa corporativa de empresas, empresários e outros setores, assegurando maior lucratividade a partir da exploração do território e dos trabalhadores.

Nas últimas décadas, o consenso em torno de respostas mitigatórias às atividades empresariais de risco ambiental ou predatórias, como é o caso do extrativismo ambiental, tem sido traduzidas no âmbito da promoção de ações sociais voltadas para as comunidades e territórios, seja através de parcerias com o poder público, seja atuando junto ao Terceiro Setor³ a partir de Fundações e

¹ Também denominadas pelo setor empresarial de "responsabilidade social", "filantropia empresarial" ou "relações com a comunidade.

² Caracteriza-se como "ultraliberal" o período de inflexão conservadora que precede o golpe parlamentar de 2016, demarcando uma ruptura no campo das políticas públicas reformistas-redistributivas na direção de um projeto neoliberal que corrobora com políticas urbanas pró-mercado (RIBEIRO, 2020).

³ Compõem o Terceiro Setor entidades privadas não-governamentais que visam atuar em prol de objetivos coletivos e que, comumente, absorvem os princípios das alianças público-privada para receber investimentos.

OSCs⁴, dentre outras entidades. Contudo, nota-se que tais alianças ou práticas associativas possuem uma outra dimensão para além de ações mitigadoras, isto é, podem converter-se em estratégias corporativas para legitimação de atividades minerárias junto a sociedade, de um modo geral.

Nesse sentido, e buscando entender e analisar o posicionamento adotado pelas mineradoras no que diz respeito à promoção do “investimento social privado” nos municípios em questão, foram levantadas informações disponibilizadas nos *sites* institucionais e/ou nos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas próprias empresas, ambos identificados como os principais canais de comunicação e prestação de contas dessas empresas à sociedade. Outros meios como matérias de jornais *online*, *sites* da AMIG (Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais) e do GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) também foram explorados para complementar a base de dados utilizadas nesta investigação. A partir daí, foi possível analisar a forte atuação do setor privado nas comunidades onde o extrativismo mineral se faz presente, especialmente no que diz respeito a promoção de práticas sociais visando legitimar ou minimizar as consequências negativas das operações minerárias nesses locais.

Foram identificadas vinte mineradoras com operações nos sete municípios acima descritos e aqui compreendidos como integrantes do vetor sudeste da RMBH. Estas empresas foram classificadas a partir do seu nome comercial (ou nome fantasia), que é aquele de conhecimento da sociedade, de modo geral. São elas: AngloGold Ashanti; ArcelorMittal; Cia de Mineração Serra da Farofa Cefar; Comisa - Cia de Mineração Serra Azul; CSN Mineração; Ferrous; Grupo AVG; Grupo MBL; Herculano Mineração; Jaguar Mining; London Mining; Mineral do Brasil; Mineração Boa Vista; Mineração Serra Azul; Mineração Usiminas; Minerita; Vale - Cia Vale do Rio Doce; Vallourec Mineração; Tamisa Mineração; Vórtice Mineral.

Contudo, diante da ausência de *site* e/ou Relatório de Sustentabilidade⁵ por parte de algumas dessas empresas, e como em alguns casos as informações disponibilizadas são insuficientes para análise, seja pela falta de descrição das ações implementadas ou de informações acerca dos locais onde elas ocorreram, não foi possível realizar a coleta de dados para todas as empresas. Sendo assim, excluiu-se da análise oito mineradoras: Cia de Mineração Serra da Farofa Cefar; Comisa - Cia de Mineração Serra Azul; Ferrous; London Mining; Mineral do Brasil; Mineração Boa Vista; Mineração Serra Azul; e Tamisa Mineração. Sobre as empresas Ferrous (pertencente à Vale S.A.); London Mining (pertencente à ArcelorMittal Brasil S.A.); e Mineração Serra Azul (pertencente à ArcelorMittal Mineração Serra Azul S.A.). Vale ponderar sobre a possibilidade de as 'empresas-mãe' serem as responsáveis pela execução das iniciativas sociais, o que explicaria a ausência de dados destas empresas nos canais disponibilizados.

⁴ As OSCs têm como objetivo ampliar a representatividade e os direitos de determinados grupos em diversas áreas.

⁵ A nomeação dada aos relatórios variam conforme as empresas - 'Relatório de Desenvolvimento Sustentável', 'Relato Integrado', 'Relatório de Sustentabilidade e Impacto' - mas trataremos tais documentos como 'Relatório de Sustentabilidade' por ser esta a nomeação mais comum.

Assim, as informações apresentadas neste artigo baseiam-se nos dados informados por doze mineradoras, sendo sete empresas multinacionais e cinco nacionais, a saber:

- 1) AngloGold Ashanti (Caeté, Nova Lima, Raposos e Sabará);
- 2) ArcelorMittal (Sabará);
- 3) CSN Mineração (Brumadinho e Rio Acima);
- 4) Jaguar Mining (Caeté e Sabará);
- 5) Mineração Usiminas (Itatiaiuçu);
- 6) Vale - Cia Vale do Rio Doce (Brumadinho, Nova Lima e Rio Acima);
- 7) Vallourec Mineração (Brumadinho e Nova Lima);
- 8) Grupo AVG (Nova Lima e Sabará);
- 9) Grupo MBL (Itatiaiuçu);
- 10) Herculano Mineração (Brumadinho);
- 11) Minerita (Itatiaiuçu);
- 12) Vórtice Mineral (Nova Lima).

Vale ainda mencionar a empresa Global Gestão de Resíduos (Fleurs Global Mineração Ltda.), fundada em 2018 e sediada em Raposos, que teve suas atividades suspensas pela Polícia Federal no final de 2020 devido a sua atuação ilegal em Belo Horizonte, Sabará e Nova Lima⁶.

Foi possível constatar que todas as empresas em questão, com exceção da Jaguar Mining e da Herculano Mineração, também atuam em outras áreas como energia, gestão imobiliária, tecnologia da informação, siderurgia, logística etc., o que significa que os interesses do setor privado de mineração tem se diversificado na região metropolitana.

Este artigo está estruturado em sete seções, além desta introdução. A seguir, apresenta-se uma breve síntese acerca das mudanças no perfil do associativismo nas últimas décadas e sua relação com o caráter das ações sociais, até o surgimento do denominado “investimento social privado”. A terceira seção aborda os princípios e diretrizes norteadoras das práticas empresariais divulgadas, especialmente no que diz respeito à difusão do conceito de ‘sustentabilidade’ como pilar para a proposição de diversas ações corporativas e, logo, para corroborar com a legitimação do extrativismo mineral. A quarta, traz um levantamento das práticas de investimento social identificadas, em especial, àquelas relativas ao Programa Parcerias Sustentáveis da AngloGold, cujos dados divulgados contribuíram com a análise proposta. Em seguida, traça-se um panorama das ações por município para identificar a distribuição dos investimentos sociais, assim como a efetivação de parcerias com algumas OSCs. A sexta seção expõe reflexões a partir do caso da AngloGold e sua relação com o desenvolvimento local de Caeté, Nova Lima, Raposos e Sabará, no contexto da promoção do empreendedorismo social através do associativismo. Por fim, algumas considerações acerca da temática desenvolvida.

⁶ A empresa foi acusada de extrair e vender minério sem autorização, usurpar bens da União e cometer crimes ambientais (desmatamento irregular, intervenção em áreas de APPs etc.). Fonte: <https://manuelzao.ufmg.br/justica-suspende-atividades-da-fleurs-global-que-minerava-ilegalmente-serra-do-taquaril-em-bh/> (acesso em: 10/06/2021).

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

A década de 1980 é considerada um período de forte mobilização de movimentos sociais e organizações civis que almejavam a universalização de direitos da cidadania e o fortalecimento das políticas sociais. Fontes (2006) descreve um contexto bem heterogêneo neste tecido associativo, onde “contrapunham-se desde perspectivas socializantes e anticapitalistas até setores empresariais fortemente organizados, alguns já endossando as novas roupagens neoliberais” (FONTES, 2006, p. 342). Já a década seguinte, de 1990, demarcou uma guinada no perfil da participação que direcionou as OSCs para um contexto 'profissionalizante' de sua atuação, segundo Fontes (2010). Desse modo, a autora enfatiza o lugar da assessoria técnica por meio das ONGs, bem como a transformação da militância em emprego. Trata-se de uma tendência à profissionalização dos serviços prestados, remunerados nos parâmetros do mercado e, conseqüentemente, que passa cada vez mais a depender da captação de recursos.

O financiamento torna-se uma necessidade para a organização das ações e, neste cenário, a atuação empresarial adquire força por meio da criação de associações e fundações, a chamada 'filantropia empresarial', ou como se automeiam 'investimento social privado'. Em outros termos, trata-se de um tipo específico de prática social operacionalizada pelas empresas e suas associações e/ou fundações. Um marco para o seguimento desse modelo de associativismo empresarial foi a constituição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1995, uma organização de grandes empresários mobilizados pelos pressupostos da 'responsabilidade social' ou 'investimento social privado' que se autodeclara como sendo 'sem fins lucrativos'. Conta atualmente com 160 associados⁷, que somados investem por volta de R\$2,9 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando para terceiros.

O investimento social privado é definido pela própria GIFE como um “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público”⁸. Por detrás desta definição, parece haver um forte elemento de construção, fortalecimento e divulgação da imagem dessas empresas. Nos textos institucionais da GIFE é comum que suas ações não se apresentem como 'filantropia' ou 'ações sociais', mas como 'investimento', enquanto os atores sociais são chamados de 'investidores sociais'.

“O investimento social possui instrumentos poderosos ligados à mobilização dos recursos da sociedade e do capital privado. Como *investidores sociais*, devemos ser capazes de *incorporar a dimensão pública na gestão de recursos privados*. Estruturas de governança fortes e a ampliação da transparência são vetores fundamentais para assegurar o devido equilíbrio entre os interesses público e privado e um diálogo aberto e efetivo com grupos sociais.”⁹ (grifo nosso).

⁷ Fonte: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/> (acesso em: 15/05/2021).

⁸ Fonte: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/> (acesso em: 15/05/2021).

⁹ Fonte: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/> (acesso em: 15/05/2021).

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Para caracterizar as práticas ou iniciativas de 'investimento social privado' das empresas levantadas, buscou-se nas fontes secundárias já mencionadas, identificar as diretrizes norteadoras das ações das mineradoras. Os canais de informação das empresas apresentam-se como importantes meios para divulgação de diversas iniciativas, além de espaço para prestação de contas aos investidores, acionistas e clientes. Geralmente são espaços que apresentam dados relevantes acerca da gestão empresarial adotada, a qual está, em diversos aspectos, associada a indicadores econômicos e socioambientais, demarcando a presença da pauta contemporânea da sustentabilidade no meio corporativo. Tal temática é vista na descrição tanto das metas das empresas quanto das 'ações sustentáveis' por elas realizadas, como no caso dos 'investimentos sociais privados'. Nesse sentido, o 'desempenho sustentável' do setor empresarial apresenta-se como uma forma de evidenciar a preocupação com a questão ambiental por meio de uma variedade de dados e informações, dentre os quais textos e imagens, incluindo logotipos de órgãos internacionais. Porém, a empregabilidade aleatória do conceito de 'sustentabilidade' e sua vaga associação à contextos diversos – 'ações sustentáveis', 'desempenho sustentável' etc. – parece corroborar muito mais com a intenção de se construir uma mensagem a ser disseminada quanto ao comprometimento das empresas com questões socioambientais, portanto, agregadora de valor de mercado (CAMPOS et. al, 2013).

Por meio da descrição da *Missão, Visão e Valores*, elementos estratégicos do discurso empresarial que pode ser substituído pela exposição dos *Propósitos e/ou Compromissos*, essas empresas apontam a orientação de suas práticas no mercado, ou seja, o que guia o exercício de suas atividades, como as práticas laborais e/ou sociais. Nesse conjunto de informações foi possível observar que, na maioria dos casos, não há uma distinção clara entre tais termos empregados, que são quase sempre usados como sinônimos, dificultando precisar e categorizar aquilo que orientaria sua ação. Optamos, então, por denominar as informações referentes a tais conteúdos como 'princípios' ou 'princípios norteadores'.

Compreendemos que esses 'princípios' são parte de uma estratégia que visa legitimar determinado posicionamento de mercado, de maneira a contribuir para a construção de uma boa imagem corporativa e social para os investidores e comunidades locais. Percebe-se que muitos desses princípios são recorrentes entre as mineradoras, assim como a adoção de algumas diretrizes internacionais. No caso das multinacionais, todas elas são comprometidas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁰ promovidos pelo Pacto Global da ONU.

Entre as doze empresas pesquisadas, identificou-se a presença de três princípios recorrentes: (i) Sustentabilidade, visto em todas elas; (ii) Segurança, presente em nove empresas; e (iii) Responsabilidade Social, em sete. Outros quesitos, tais como Liderança, Ética, Qualidade e Saúde, por exemplo, são também encontrados, mas nosso foco será dado aos três princípios recorrentes,

¹⁰ Os ODS visam nortear ações empresariais a nível mundial para contribuir com a implementação da nova agenda de desenvolvimento sustentável proposta pela ONU em 2015.

em especial, a Sustentabilidade, também tratada, em alguns casos, como Meio Ambiente e Responsabilidade Socioambiental.

O princípio (i) Sustentabilidade apresenta-se de forma frequente tanto nos *sites* quanto nos relatórios a partir de informações sobre investimentos sociais e práticas de educação ambiental. As empresas o relacionam à garantia de desenvolvimento social e à preservação de recursos naturais locais, ou evidenciam sua importância na gestão do próprio negócio, seja no campo das práticas laborais ou administrativas. Nota-se, desse modo, a necessidade em demonstrar preocupação tanto com a temática ambiental quanto com as pessoas (funcionários e comunidade local) através de informes acerca de políticas de redução de impactos ambientais atrelados ao conceito de sustentabilidade. É comum, por exemplo, que os *sites* e/ou relatórios apresentem imagens exuberantes da natureza para ilustrar temas vinculados à questão ambiental, como se as atividades minerárias fossem benéficas para o meio ambiente.

O quesito (ii) Segurança geralmente vincula-se às práticas laborais, além de ser informado como um fator essencial nas operações da empresa como forma de garantir o bem-estar dos funcionários. Assim, relata-se medidas de prevenção de acidentes de trabalho e/ou de medidas relacionadas à saúde dos indivíduos. A título de exemplo, a empresa Vale - Cia Vale do Rio Doce associa as normas de segurança adotadas à sua excelência operacional, assim como faz outras empresas, relatando uma série de regras que devem ser seguidas por seus funcionários e prestadores de serviços para evitar quaisquer riscos à integridade física das pessoas.

Com relação à (iii) Responsabilidade Social, terceiro princípio recorrente, há no discurso empresarial, de modo geral, uma perspectiva de preocupação no que tange às comunidades e ao meio ambiente, fato que se traduz na descrição de algumas ações que se dizem mitigadoras dos impactos decorrentes das atividades minerárias, dentre as quais o “investimentos social privado” é a mais relevante. Citando mais uma vez a Vale para exemplificar a questão, a empresa destaca entre seus compromissos o objetivo de construir um legado ambiental e socioeconômico positivo, informando que suas práticas sociais são decorrentes do constante diálogo da instituição com o poder público para que haja a proposição de políticas alinhadas com as necessidades do extrativismo mineral, por ser este um dos grandes responsáveis pelos investimentos privados, a nível mundial¹¹. Além de ressaltar a importância do setor empresarial no provimento de bem-estar social e, portanto, na implementação de ações sociais, a empresa ainda reforça que as demandas privadas devem ser priorizadas no âmbito das políticas públicas.

Ao que tudo indica, este é o discurso que vem sendo incorporado na atualidade, de modo geral, diante do desmonte do Estado que, conseqüentemente, abre as portas para a atuação da iniciativa privada em diversas esferas, legitimando as práticas do setor. Nesse sentido, foram identificadas inúmeras ações entre as mineradoras provenientes de recursos próprios, doações e/ou via leis de incentivo fiscal, como veremos mais adiante.

¹¹ Fonte: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/our-commitments/paginas/default.aspx> (acesso em: 8 out. 2021).

Constatou-se, também, que a tríade Sustentabilidade, Segurança e Responsabilidade Social, aparece na maioria das empresas multinacionais – AngloGold Ashanti; CSN Mineração; Jaguar Mining; Mineração Usiminas; Vale; Vallourec Mineração –, exceto na ArcelorMittal, cujo destaque é dado apenas à Sustentabilidade. Além disso, todas elas são signatárias do Pacto Global e, portanto, alinhadas aos ODS da ONU. No caso das mineradoras nacionais, o destaque é dado para o Meio Ambiente e a Responsabilidade Social/Socioambiental, além do quesito Segurança, presente na maioria delas, enquanto cada uma possui sua própria diretriz base (não internacional), como demonstra a tabela 1.

Tabela 1 - Diretrizes e Princípios recorrentes entre as mineradoras.

Empresa	Mercado	Diretriz	Princípios recorrentes
ArcelorMittal	Multinacional	ODS da ONU	Sustentabilidade
AngloGold Ashanti			Sustentabilidade Segurança Responsabilidade Social
CSN Mineração			
Jaguar Mining			
Mineração Usiminas			
Vale - Cia Vale do Rio Doce			
Vallourec Mineração			
Grupo AVG	Nacional	Política própria	Responsabilidade socioambiental
Grupo MBL			Meio ambiente Segurança Responsabilidade Social
Herculano Mineração			Responsabilidade Socioambiental Segurança
Minerita			Meio Ambiente Segurança
Vórtice Mineral			

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Sobre o Pacto Global, vale dizer que trata-se de uma iniciativa proposta pela ONU e voltada para o setor empresarial mundial que estabelece, desde 2000, algumas diretrizes para corroborar com o desenvolvimento sustentável do planeta¹². Mais recentemente, em 2015, uma nova agenda foi proposta – Agenda 2030 – para incentivar o cumprimento dos 17 ODS, estes alinhados às 10 Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável (DDS) que contemplam os princípios universais dos direitos humanos, do trabalho, meio ambiente e anticorrupção, cujo objetivo é a erradicação da pobreza e a promoção de melhores condições ambientais e climáticas, entre outros.

A descrição das ações implementadas e a mensuração de seus resultados devem ser demonstradas pelos membros signatários do Pacto Global através de relatórios periódicos (Relatório de Sustentabilidade) submetidos ao órgão internacional e compartilhados com outros interessados (sociedade civil, investidores etc.) nos próprios sites das empresas para a verificação do cumprimento de metas previstas e do atendimento aos princípios que compõem o referido pacto. O objetivo destes documentos é, portanto, ser um meio de prestação de contas à sociedade e aos *stakeholders*¹³, informando as

¹² Fonte: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa> (acesso em: 2 nov. 2021).

¹³ Termo empregado no meio empresarial para referir-se às partes interessadas aos aspectos de governança corporativa.

estratégias e práticas de sustentabilidade adotadas, além dos resultados financeiros da empresa, entre outros.

As exigências para a elaboração dos relatórios visam, portanto, a divulgação de diversas informações de maneira transparente e padronizada, o que nem sempre ocorre. Os documentos, de modo geral, são pouco atualizados com relação aos anos anteriores e muitos dados se repetem. As similaridades podem ser vistas não só com relação aos projetos implementados como, também, nos outros tópicos abordados – Governança, Compromissos etc. – havendo poucas alterações no conteúdo textual, de maneira geral.

Entretanto, a prestação de contas retrata, em certa medida, a forte atuação do setor privado nas comunidades locais devido à promoção de ações de 'investimento social privado'. Além disso, como aponta o *site* do Pacto Global¹⁴, o alinhamento das empresas com as práticas de desenvolvimento sustentável é muito mais do que uma ação meramente filantrópica mas, principalmente, uma maneira de conquistar a confiança dos clientes e investidores, já que a sociedade está cada vez mais interessada na temática ambiental. O reflexo disso, além da consolidação de uma boa imagem corporativa, é a aquisição de maiores vantagens competitivas e, logo, maior lucratividade.

O desempenho corporativo também é medido no mercado financeiro conforme os critérios de sustentabilidade. A título de exemplo, no site da bolsa de valores do Brasil, a B3¹⁵, é possível observar que as ações que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) apresentam uma melhor performance em comparação a outras. É comum, inclusive, a menção que algumas empresas fazem em seus relatórios sobre os valores de suas ações na B3 ou em bolsas estrangeiras a fim de expor os resultados financeiros e a valorização dos seus ativos no mercado.

No caso de todas as multinacionais – AngloGold Ashanti, ArcelorMittal, CSN Mineração, Jaguar Mining, Mineração Usiminas, Vale e Vallourec Mineração –, é possível ter acesso aos Relatórios de Sustentabilidade no próprio *site* institucional. Alguns destes documentos contém uma seção que parece atender aos interesses exclusivos dos investidores – geralmente intitulada Desempenho econômico ou Resultados financeiros –, já que possui informações detalhadas sobre a atuação da empresa em termos de produção, exportação, dentre outros, além de conter informações financeiras específicas, como o aumento dos lucros obtidos, por exemplo.

Ainda acerca dos relatórios produzidos pelas multinacionais para comprovação do desempenho econômico, social, ambiental etc., observou-se que os 17 ODS da ONU são relacionados (i) aos princípios constituídos pela empresa; (ii) às práticas laborais e/ou sociais; (iii) aos resultados alcançados; e (iv) para estruturar tais documentos. Além dessa ancoragem, os indicadores do *Global Reporting Initiative* (GRI) também são utilizados, sendo esta uma outra referência mundial que estabelece diretrizes para a padronização dos relatórios. Com exceção da AngloGold Ashanti, todas as demais multinacionais seguem o

¹⁴ Fonte: <https://www.pactoglobal.org.br/> (acesso em: 15 jun. 2021).

¹⁵ Fonte: http://www.b3.com.br/pt_br/ (acesso em: 15 jun. 2021).

Padrão GRI para promover a credibilidade de seus empreendimentos perante a sociedade, o mercado e seus consumidores¹⁶.

A necessidade de construção de uma imagem positiva fica ainda mais explicitada nos relatórios que utilizam os logotipos dos ODS para demonstrar a relação dessas empresas com as metas relativas aos ODS da ONU, como no caso da AngloGold Ashanti, CSN Mineração, Jaguar Mining e Mineração Usiminas. Nesta última, para exemplificar, observou-se que cada área temática abordada (Saúde e Segurança, Comunidades locais, Padrões éticos etc.) apresenta uma breve descrição sobre a forma como a empresa atua, enquanto as contribuições relativas aos ODS são expostas através do uso da logo internacional (ver figura 1). A descrição genérica de medidas corporativas nas áreas de Saúde e Segurança, por exemplo – “Promovemos o bem-estar dos funcionários e proporcionamos um ambiente de trabalho seguro e saudável” (USIMINAS, 2020) –, é atrelada, sem maiores explicações, a três logotipos: ODS 3 - Saúde e Bem-estar; ODS 8 - Trabalho decente e Crescimento econômico; e ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis. Nesse sentido, há apenas a apropriação da diretriz internacional para dar suporte ao discurso empregado pela empresa, impossibilitando a mensuração do que realmente é concretizado.

Figura 1 - Logotipos dos ODS em um Relatório de Sustentabilidade.



Fonte: Usiminas, 2020.

Entretanto, apesar do modelo internacional adotado pelas empresas, os relatórios nos mostram que as diretrizes nem sempre são seguidas e as informações ligadas às 'práticas de sustentabilidade' são expostas de maneira generalizada, sem detalhamento. Na verdade, o próprio termo sustentabilidade

¹⁶ Outros modelos internacionais foram citados - *Environment, Social and Corporate Governance* (ESG), *World Steel Association* (WSA) - mas predominam os ODS da ONU e o GRI.

torna-se indefinível pois sua aplicação é banalizada e usada de forma aleatória, em diversos contextos, como nos relatos sobre a promoção de 'práticas sustentáveis', 'consumo sustentável', 'negócios financeiramente sustentáveis'. Tal fato compromete a realização de uma leitura analítica do documento e dificulta o entendimento do significado da própria palavra, que parece ser empregada somente para garantir certa formalidade ou a ilusão de que algo vem sendo feito em prol do meio ambiente.

Ademais, não existe um planejamento a longo prazo das ações, tampouco a demonstração do progresso destas é explicitado. Há também um enviesamento no tratamento dos dados, uma vez que considera-se apenas os aspectos positivos das proposições. Quando raramente se expõe algo negativo ou 'externalidades negativas', como algumas empresas denominam, logo são informadas metas que visam atenuar tais impactos, mas estas são descritas de forma generalizada. A título de exemplo, a Mineração Usiminas informa em seu relatório de 2019, no quesito Segurança de barragens, que para evitar riscos de derramamento de substâncias perigosas a empresa adota "*altos padrões de saúde, segurança e meio ambiente em suas operações*" (USIMINAS, 2020, p.56, grifo nosso), e ainda informa que a segurança de seus funcionários e das comunidades é uma de suas prioridades, porém não especifica as medidas de 'alto padrão' que são tomadas nesse sentido.

"INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS"

Foi possível observar que as doze empresas minerárias investigadas – AngloGold Ashanti; ArcelorMittal; CSN Mineração; Jaguar Mining; Mineração Usiminas; Vale – Cia Vale do Rio Doce; Vallourec Mineração; Grupo AVG; Grupo MBL; Herculano Mineração; Minerita; Vórtice Mineral – descrevem inúmeras práticas de 'investimento social privado' viabilizadas com recursos próprios e/ou incentivados, além da captação de doações para tal finalidade, em alguns casos. Contabilizou-se, ao todo, 101 ações realizadas em diversas áreas. Vale mencionar a dificuldade em categorizar essas práticas sociais conforme as temáticas a elas associadas pois algumas perpassam diversas áreas, dificultando uma mensuração mais precisa em relação à sua categorização. Há também diferenças na abrangência dos projetos. Alguns parecem demandar mais esforços para sua efetivação e possuem mais longa duração, como o Programa de Educação Ambiental (PEA), enquanto outros possuem caráter transitório e de fácil replicação. Estes são implementados em diversos municípios, como no caso de alguns eventos culturais.

Além disso, vale lembrar que foram explorados, especialmente, os dados do Programa Parcerias Sustentáveis da empresa AngloGold Ashanti devido ao elevado nível de detalhamento, se comparado às outras iniciativas identificadas, desta e das demais empresas. As ações realizadas, no caso, se encaixam, majoritariamente, nas áreas de Assistência/desenvolvimento social, Desenvolvimento local/econômico, Geração de emprego/renda, Cultura e Sustentabilidade, como observou-se através do Relatório de Sustentabilidade de 2019¹⁷. A empresa ainda divulga Relatório de Desenvolvimento Social (de menor porte se comparado aos Relatórios de Sustentabilidade) para tratar

¹⁷ Fonte: <https://www.anglogoldashanti.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-de-Desenvolvimento-Sustentavel-2019.pdf> (acesso em: 20 ago. 2021).

majoritariamente do programa em questão em cada município onde atua – Caeté, Raposos, Nova Lima e Sabará –, visando informar sobre as ações implementadas e seus respectivos aportes financeiros.

A Educação ambiental está presente em todas as empresas, o que não significa que esta apresente maior destaque em termos quantitativos. Nesta área temática identificou-se 12 (doze) iniciativas sociais, enquanto as áreas de Assistência/desenvolvimento social e Desenvolvimento local/econômico tiveram 18 (dezoito) e 16 (dezesesseis) ações, respectivamente, sendo que em algumas dessas ações, as temáticas aparecem de forma concomitante.

O tema Educação é encontrado em 8 (oito) iniciativas e Cultura/lazer em 4 (quatro), como veremos mais adiante de forma detalhada. Temáticas como Saúde, Geração de emprego/renda e Infraestrutura também são vistas em alguns casos.

Nota-se que algumas empresas, para efetivar a gestão das ações sociais promovidas e ter maior autonomia, possuem seu próprio Instituto ou Fundação, como a ArcelorMittal (Fundação ArcelorMittal); a CSN Mineração (Fundação CSN); a Mineração Usiminas (Instituto Usiminas e Fundação São Francisco Xavier) – sendo a última um “braço social” da Usiminas nas áreas da saúde/educação); e a Vale (Fundação Vale e Fundação Renova) – a última criada, especificamente, para a reparação das pessoas atingidas pelos desastres-crime decorrentes do rompimento de barragens.

As mineradoras também atuam nos territórios a partir da utilização de recursos provenientes de leis de incentivo e fundos nos três níveis: federal, municipal e estadual. Neste caso, predominam as temáticas da Cultura/lazer, com 37 (trinta e sete) iniciativas; e da Educação, com 9 (nove), cujos recursos são advindos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, 1991); Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais (Lei nº 22.944, 2018); Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, 2006); Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de Minas Gerais (Lei nº 20.824/ 2013); Fundo para a Infância e Adolescência - FIA (Lei Federal nº 8.069, 1990); Fundo do Idoso (Lei nº 12.213/10) etc. Tendo em vista que a maior parte dos aportes financeiros para a realização das ações sociais advém de recursos públicos, torna-se evidente a relevância que vem adquirindo, cada vez mais, as parcerias público-privadas no âmbito da promoção de desenvolvimento local, o que corrobora com o discurso disseminado pelas empresas, que aponta o setor privado como primordial para a implementação de ações sociais.

O Programa de Educação Ambiental (PEA) é destaque entre todas as empresas multinacionais, além de duas nacionais, o Grupo AVG e a Herculano Mineração. Ou seja, dentre as doze mineradoras, apenas os Grupos MBL, Minerita e Vórtice Mineral não o realizam. Com relação a estas três empresas, houve apenas a menção sobre a existência de uma política de desenvolvimento sustentável, sem maiores detalhes. De modo geral, o PEA oferece algumas atividades voltadas para fomentar a conscientização ambiental. É provável que sua adoção pela maioria das empresas ocorra devido a sua obrigatoriedade no processo de licenciamento ambiental de Minas Gerais para empreendimentos

causadores de impacto ambiental, estando integrado a uma Deliberação do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), de 2017.¹⁸

Outra ação recorrente entre as mineradoras diz respeito a uma campanha emergencial de combate à pandemia do novo coronavírus. Provavelmente, o Pacto contra a Covid-19 está vinculado ao Pacto Global, pois todas as empresas comprometidas com os ODS da ONU fazem menção a esta campanha, ou seja, todas as multinacionais, enquanto nenhuma empresa nacional se comprometeu com tal questão. Conforme os *sites* institucionais, as ações que vêm sendo promovidas nos municípios onde há operações minerárias são viabilizadas por meio de doações das próprias instituições e/ou campanhas para arrecadar recursos, além de algumas iniciativas internas adotadas para proteger a saúde dos funcionários. Ainda assim, ressalta-se no discurso das empresas seu compromisso com as comunidades locais.

A tabela 2 a seguir evidencia a adesão majoritária ao PEA – 9 (nove) das 12 (doze) empresas – e a vinculação entre as ações de combate à pandemia realizadas por todas as multinacionais comprometidas com os ODS da ONU.

Tabela 2 - Programas recorrentes entre as mineradoras.

Empresa		Mercado	Diretriz base	Programas recorrentes	
1	AngloGold Ashanti	Multinacional	ODS da ONU	PEA	Ações contra a Covid-19
2	ArcelorMittal				
3	CSN Mineração				
4	Jaguar Mining				
5	Mineração Usiminas				
6	Vale				
7	Vallourec Mineração				
8	Grupo AVG	Nacional	Política própria	PEA	-
9	Grupo MBL			-	-
10	Herculano Mineração			PEA	-
11	Minerita			-	-
12	Vórtice Mineral			-	-

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Há também os programas de voluntariado realizados pelas empresas AngloGold Ashanti, ArcelorMittal, Jaguar Mining, Mineração Usiminas e Vale, nos quais fomenta-se a participação dos próprios funcionários e/ou das comunidades. O programa Leão Solidário da AngloGold Ashanti, por exemplo, estimula os empregados a doarem parte do imposto de renda (até 6%) para a execução de projetos sociais em benefício dos Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Algumas mineradoras informam que este tipo de voluntariado aumenta a participação 'das empresas' nas comunidades locais, o que é tido como um fator positivo – e de fato é, pois ajuda a legitimar as práticas extrativistas perante a sociedade.

Seguindo essa lógica de apoio às ações sociais, observou-se que apenas a AngloGold e a Vale, ambas empresas de grande porte, oferecem a possibilidade de inscrição de projetos por meio de editais. Em outras empresas,

¹⁸ Deliberação Normativa do COPAM nº 214, de 26 de abril de 2017. <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44198> (acesso em: 24 de jun. 2021).

como é o caso da ArcelorMittal¹⁹, CSN Mineração²⁰ e, também, da Vale²¹, é comum que a seleção de projetos ocorra através de plataformas digitais (edital de projetos ou portal de projetos), cujas inscrições são promovidas por suas respectivas fundações e ocorrem via *site*.

Acerca da Vale, é importante dizer que houve um aumento significativo na quantidade de programas sociais realizados após o rompimento, em 2019, da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, visando a 'reparação' dos danos sofridos pelas famílias atingidas pelo desastre-crime, sendo este um dos destaques encontrados no *site* da empresa²². A Fundação Renova, criada em 2015 após o rompimento ocorrido em Mariana/MG, é a responsável pela execução destas ações, que tem sido recorrentemente questionadas pelos grupos locais e pelas assessorias técnicas independentes.

Sobre o 'investimento social privado' descrito nos relatórios da ArcelorMittal realizados por sua Fundação homônima, informa-se algumas parcerias com o setor público para o planejamento e a implementação de alguns projetos com base no diálogo com o poder local²³. Para isso, conforme aponta a mineradora, a fundação realiza diagnósticos locais para levantar as principais necessidades das comunidades; verifica-se o que há de políticas públicas e, em seguida, são convocadas reuniões com as esferas administrativas municipais (prefeitos, secretários) e estaduais (deputados etc.) para a realização de debates. Contatou-se a ausência de informação sobre a participação da sociedade civil (residentes, movimentos sociais etc.) nos processos decisórios, na elaboração dos projetos ou na fiscalização das políticas implementadas.

Com relação às empresas nacionais – Grupo AVG, Grupo MBL, Herculano Mineração, Minerita e Vórtice Mineral –, verificou-se a ausência de informações acerca da realização de investimento social. Além do fato de não apresentarem Relatório de Sustentabilidade, há pouca ou nenhuma informação sobre a questão nos respectivos *sites*. Para exemplificar, podemos citar o Grupo AVG e a Herculano Mineração, que relatam a execução de 2 (duas) iniciativas – o PEA e o Programa de Comunicação Social –, mas não informam detalhes como a descrição dessas ações, locais/datas, quantitativo de pessoas beneficiadas e/ou investimentos realizados, o que impossibilita uma análise mais concreta sobre o tema. No caso da Vórtice Mineral, a empresa informa o desenvolvimento de ações culturais e de infraestrutura em locais próximos aos seus empreendimentos, mas não menciona nenhum projeto em Nova Lima, município objeto deste estudo. Já as mineradoras Grupo MBL e Minerita, ambas com atuação em Itatiaiuçu, não nomeiam ou apresentam qualquer descrição sobre a adoção de práticas sociais, apenas informam o apoio ao voluntariado entre seus funcionários e instituições sociais e religiosas.

Sobre Itatiaiuçu, vale ressaltar os mais de 30 anos de existência da Associação das Mineradoras da Serra Azul (AMISA), a qual informa que as

¹⁹ Fonte: <https://portaldeprojetos.arcelormittal.com.br/> (acesso em: 28 jul. 2021).

²⁰ Fonte: <https://fundacaocsn.org.br/envie-seu-projeto/> (acesso em: 28 jul. 2021).

²¹ Fonte: <http://institutoculturalvale.org/PT/Paginas/solicitacao-de-patrocinos.aspx> (acesso em: 28 jul. 2021).

²² Fonte: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/servicos-para-comunidade/minas-gerais/atualizacoes_brumadinho/Paginas/default.aspx (acesso em: 22 jun. 2021).

²³ Fonte: <https://gife.org.br/fundacao-arcelormittal-estabelece-parcerias-com-o-poder-publico-para-iniciativas-de-investimento-social-privado/> (acesso em: 24 jun. 2021).

empresas associadas – Grupo MBL, Mineração Serra Azul²⁴ (pertencente a ArcelorMittal), Mineração Usiminas e Minerita – buscam práticas de extração cada vez mais seguras e ‘sustentáveis’, mas não informa como isso se efetua na prática.

Diante do que foi dito acerca das práticas sociais promovidas pelas empresas minerárias, constatou-se que as informações disponibilizadas nos relatórios e/ou *sítes* institucionais se apresentam, de modo geral, incompletas ou genéricas, impossibilitando a realização de uma análise que contemple a real dimensão do “investimento social privado” relatado. À ausência de dados descritivos sobre essas ações (quantitativo, pessoas beneficiadas, local/tempo de duração etc.), acrescenta-se a falta de informações sobre os recursos financeiros despendidos para cada município.

AÇÕES SOCIAIS POR MUNICÍPIO

Para compreendermos se há distinção na distribuição das práticas sociais entre os municípios investigados – Brumadinho, Caeté, Itatiaiuçu, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará –, trataremos do quantitativo de ações sociais com base nos municípios onde elas foram implementadas e, ainda, de acordo com suas áreas temáticas. Neste caso, mais uma dificuldade foi identificada, pois a maioria das mineradoras não informa o local para o qual os aportes financeiros são direcionados, além do fato de o ano-base dos relatórios mais recentes serem distintos entre as empresas, impossibilitando fazer um comparativo anual.

Dentre as doze empresas investigadas neste artigo, apenas seis foram contempladas nessa seção por disponibilizarem informações que nos permitem tal abordagem²⁵, a saber: AngloGold Ashanti; CSN Mineração; Jaguar Mining; Mineração Usiminas; Vale e Vallourec. A ArcelorMittal não será analisada pois o único dado sobre sua atuação social em Sabará diz respeito a existência de um espaço cultural (Centro Cultural Fundação ArcelorMittal). Já as mineradoras CSN e Vale não disponibilizam dados por município no que tange as ações viabilizadas com recursos incentivados. No caso do Grupo AVG, Grupo MBL, Herculano Mineração, Minerita e Vórtice Mineral, não identificou-se nenhum dado completo sobre as iniciativas implementadas nos municípios onde operam.

A área temática da Educação/conscientização ambiental é predominante no tange as ações realizadas com recursos próprios das empresas, além da Assistência/desenvolvimento social, Desenvolvimento local/econômico e Voluntariado. Acerca dos recursos advindos de leis de incentivo, predominam a Cultura/Lazer (no lazer, inclui-se práticas esportivas), seguida da Educação, conforme mostra tabela 3.

No caso da AngloGold Ashanti, com relação aos projetos efetivados via recursos próprios ou voluntariado, foi possível observar a recorrência da maioria das ações sociais nos quatro municípios onde ela atua. A título de exemplo

²⁴ Fonte: <https://amisaserraazul.com.br/> (acesso em: 24 jun. 2021).

²⁵ Como o início desta pesquisa se deu em 2020, buscamos informações referentes à 2019, encontradas no caso da AngloGold Ashanti, Mineração Usiminas e Vale. Algumas empresas apresentam relatório bianual, como a CSN Mineração (2018-2019) e Vallourec (2017-2018), enquanto o relatório mais recente divulgado pela Jaguar Mining até a referida data contempla o ano de 2018.

temos o Programa Parcerias Sustentáveis, presente em todos os municípios; o PEA e seu subprojeto Programa Boa Vizinhança (com exceção de Caeté); o Leão Solidário (com exceção de Sabará); e o Voluntariado de Mãos Dadas, visto em todos os municípios. Identificou-se 4 (quatro) iniciativas em cada localidade. Do total informado de R\$7,7 milhões investidos, R\$1,2 milhões advêm de recursos próprios/voluntariado, conforme Relatório de Sustentabilidade 2019.

Tabela 3 - Temáticas predominantes.

Empresas	Recursos próprios	Recursos incentivados
AngloGold Ashanti	Educação/Conscientização ambiental Assistência/Desenvolvimento social Desenvolvimento local/econômico Voluntariado	Cultura/Lazer
CSN Mineração	Educação/Conscientização ambiental	-
Jaguar Mining	Educação/Conscientização ambiental Desenvolvimento local/econômico	Cultura/Lazer
Mineração Usiminas	Educação/Conscientização ambiental	Cultura/Lazer
Vale	Educação/Conscientização ambiental Assistência/desenvolvimento social Desenvolvimento local/econômico	-
Vallourec	Educação/Conscientização ambiental	Educação

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Vale ressaltar aqui, o já mencionado Programa Parcerias Sustentáveis, cujo propósito é estimular negócios sociais e, com isso, as economias locais. O destaque é merecido pois, além de fornecer dados que possibilitam a análise em questão, sua dimensão pode ser considerada a maior dentre as iniciativas identificadas entre todas as mineradoras sendo, talvez, o programa de investimento social mais antigo. A seleção dos projetos é feita por meio de edital e as áreas temáticas que predominam são Assistência/desenvolvimento social; Desenvolvimento local/econômico; Empreendedorismo; e Geração de emprego/renda. A tabela 4 explicita alguns dados referentes ao ano de 2019 divulgados pelo programa acerca da quantidade de pessoas beneficiadas (1.754), dos aportes financeiros por município (totalizando R\$709,1 mil), além do montante despendido via recursos próprios/voluntariado e incentivados (R\$7,7 milhões).

Nesse caso, foi possível observar que a AngloGold Ashanti realiza algumas parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a implementação de algumas iniciativas. É o caso, por exemplo, da Cooperativa Dedo de Gente, localizada em Raposos. Alianças como essa são bastante comuns e utilizadas pelo setor privado como um mecanismo para a prestação de serviços assistenciais e/ou visando o desenvolvimento socioeconômico local, criando a ideia de que as comunidades locais estão sendo assistidas, já que este é um dos princípios que as empresas incorporam em seus discursos. A presença de redes locais, como no caso das OSCs, podem contribuir para a efetivação de algumas ações empresariais, pois tais entidades já possuem, na maioria dos

casos, conexões estabelecidas dentro das localidades. Ademais, tais parcerias ajudam a fortalecer a imagem da empresa no âmbito local, pois difunde-se a ideia ilusória da criação de negócios/empreendimentos sociais que terão autonomia financeira, o que ajuda a fortalecer a credibilidade da empresa diante do mercado e de seus investidores.

Tabela 4 - Investimento social da AngloGold em 2019.

Programa Parcerias Sustentáveis - 2019		
Municípios	Beneficiados	Investimento social
Caeté	90	90,2 mil
Nova Lima	370	197,7 mil
Raposos	1033	127,5 mil
Sabará	261	293,7 mil
TOTAL	1.754 pessoas	R\$ 709,1 mil
Recursos próprios/voluntariado		1,2 milhões
Recursos incentivados		6,4 milhões
TOTAL (cerca)		R\$ 7,7 milhões

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A CSN Mineração, por meio de recursos próprios, menciona a realização do PEA em Rio Acima; e o Programa de Bolsas de Estudos, em Brumadinho, ambas iniciativas contemplando a temática da Educação/conscientização ambiental. No relatório de 2018-2019²⁶, a empresa informa um aporte de cerca de R\$30 milhões do Grupo CSN (incluindo a CSN Mineração) advindos de recursos incentivados e voltados para as práticas sociais no âmbito nacional, mas não cita os municípios nem dados específicos da mineradora.

A Jaguar Mining informa 4 (quatro) projetos de cunho social realizados no município de Caeté, via recursos próprios, nas áreas de Cultura/Lazer, Desenvolvimento local/econômico e Educação/conscientização ambiental, ademais de doações para a prefeitura municipal e para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Na área de Cultura/Lazer, com recursos advindos de leis de incentivo, foram informados eventos diversos: aproximadamente 5 (cinco) iniciativas anuais em Caeté e uma em Nova Lima. Além disso, há menção a uma Política de Patrocínios²⁷ que direciona recursos para entidades culturais e instituições de educação, entre outras, localizadas em Caeté. No Relatório de Sustentabilidade de 2017, a empresa informa um aporte de R\$920 mil para tal finalidade, enquanto no Relatório de 2018 (o mais recente até 2020) há menção

²⁶

Fonte:

https://esg.csn.com.br/wp-content/uploads/2020/12/CSN_relato_integrado_2018_2019_PT_.pdf (acesso em: 05 out. 2021).

²⁷ Fonte: <https://www.jaguarmining.com/site/assets/files/2178/relatorio-de-sustentabilidade-jaguar-mining-2017.pdf> (acesso em: 05 out. 2021).

a cerca de R\$7,5 milhões de retorno em impostos (CFEM e ISS retido), os quais são direcionados às comunidades locais.

A empresa Mineração Usiminas, atuante em Itatiaiuçu, informa a implementação de 6 (seis) projetos: 3 (três) na área de Educação/conscientização ambiental via recursos próprios; e 3 (três) na área de Cultura/Lazer via leis de incentivo. No Relatório de 2019 há divulgação de um montante de R\$13,5 milhões, sendo que cerca R\$13,47 milhões advém de recursos incentivados, ou seja, praticamente não há investimento com recursos próprios da empresa.

A Vale relata a existência de 3 (três) espaços de iniciativa própria, sendo que um deles se faz presente nos 3 (três) municípios onde a empresa opera. São eles a Estação do Conhecimento, em Brumadinho; o Centro de Proteção e Educação Ambiental da Mata do Jambreiro, em Nova Lima; e o Centro de Controle Ambiental, localizado em Brumadinho, Nova Lima e Rio Acima. Há também informações acerca de 16 (dezesesseis) investimentos sociais, com concentração em Brumadinho, onde há 11 (onze) ações. Dentre elas, 3 (três) são realizadas em parceria com uma OSC: o Instituto Kairós. Em Nova Lima, nota-se a presença do Programa Valorizar, realizado via edital para seleção de projetos, além de outras 4 (quatro) iniciativas. Predominam, de modo geral, as áreas de Assistência/desenvolvimento social; Desenvolvimento local/econômico e Educação/conscientização ambiental. É notório o aumento do quantitativo de ações sociais após 2019, ano do desastre-crime provocado pela Vale. Foram identificados 5 (cinco) novos projetos implementados pela Fundação Renova para fins de reparação, tanto para a manutenção do território quanto para fornecer suporte às pessoas atingidas, incluindo programas para fomentar a economia local, além de outros de assistência à saúde mental. No último caso, e em 2019, informa-se um investimento de R\$1,8 milhão no âmbito do Programa de Saúde Emocional sendo esta a única ação cujo valor foi divulgado.

Por último, temos a Vallourec Mineração, que divulga a realização do PEA, em Brumadinho, na área de Educação/conscientização ambiental, e outras 2 (duas) iniciativas implementadas nas áreas de Cultura/Lazer e Educação, também em parceria com o Instituto Kairós e decorrentes de recursos incentivados. Sobre os aportes financeiros investidos, a empresa informa no Relatório de Sustentabilidade 2017-2018 (o mais recente até 2020) a destinação, nos respectivos anos, de R\$2,7 e R\$2,4 milhões via recursos próprios e R\$3,5 e R\$4,2 milhões via recursos incentivados, totalizando R\$6,2 e R\$6,6 milhões em 'investimento social privado'.

Em suma, constata-se que devido a presença da AngloGold Ashanti em quatro das doze localidades do vetor sudeste da RMBH, ela é a empresa que mais realiza investimentos sociais privados, sendo Sabará (20 ações) e Nova Lima (24 ações) os municípios mais beneficiados. Caeté (24 ações) também se destaca, pois a ele acresce-se a atuação da Jaguar Mining. O mesmo ocorre com Nova Lima que, além das duas empresas mencionadas, também conta com as operações da Vale. No caso desta, foi possível observar uma atuação significativa em Brumadinho (15 ações: 11 da Vale; 1 da Vallourec; 1 da Usiminas; e 1 da CSN), principalmente após o rompimento da barragem em 2019, levando ao incremento das ações reparatórias em termos sociais e territoriais. Os municípios nos quais foram identificados um menor número de

iniciativas sociais foram Raposos (12 ações da AngloGold); Itatiaiuçu (6 ações da Usiminas) e, na sequência, Rio Acima (1 da CSN).

HEGEMONIA EMPRESARIAL: REFLEXÕES SOBRE A ANGLOGOLD ASHANTI

Como vimos, é notória a forte presença do setor empresarial minerário nas comunidades onde atuam visando a promoção de ações sociais que tendem a fortalecer sua imagem de provedor de bem-estar coletivo, criando um imaginário que torna o segmento indispensável para garantir o desenvolvimento local e a proteção social da população vinculada aos territórios explorados.

Para tratar dessa questão, tomaremos a empresa AngloGold Ashanti como exemplo, cujas atividades extrativas na RMBH, como vimos, se faz presente nos municípios de Caeté, Nova Lima (sede administrativa da empresa), Raposos e Sabará, além de Santa Bárbara (o qual não faz parte do vetor sudeste). Sua presença em Minas Gerais se dá com a abertura da exploração mineral ao capital internacional. Após a independência do Brasil (1822), a região onde hoje se localizam os municípios de Nova Lima e Raposos recebeu, em 1834, a *Saint John Del Rey Mining Company*, empresa inglesa que extraiu ouro nessas localidades até 1957. Com a incorporação de acionistas nacionais, retomou o antigo nome de Mineração Morro Velho, em 1960, associando-se à empresa sul-africana *Anglo American Corporation* em 1974, resultando na *AngloGold*. Em 2004, houve a junção com a *Ashanti Goldfields*, que originou a atual mineradora AngloGold Ashanti (COUTO & COSTA, 2003).

Dentre as iniciativas de investimento social que vêm sendo realizadas pela empresa desde a década de 1990, destaca-se o Programa Parcerias Sustentáveis. Conforme um balanço²⁸ divulgado em 2019, 240 ações foram realizadas nos municípios onde a empresa opera, com aporte financeiro de cerca de R\$9 milhões e, aproximadamente, 27 mil pessoas beneficiadas.

A inter-relação empresa-sociedade no sentido de suprir o espaço das políticas sociais de responsabilidade do Estado, uma das expressões do neoliberalismo, não se dá somente no âmbito das práticas sociais promovidas pelo programa. Ela opera, também, sob um prisma mais amplo, fazendo alianças com OSCs em diversas áreas para a promoção do empreendedorismo social.

Como forma de garantir o autofinanciamento das iniciativas fomentadas, o Parcerias Sustentáveis oferece uma espécie de suporte técnico (consultorias/mentorias) para que as instituições sejam capazes de desenvolver suas próprias fontes de receita e, assim, se emanciparem financeiramente, construindo algo próximo a um 'modelo de negócio social'. O objetivo é melhorar a performance de tais entidades, já que a principal missão informada pela AngloGold Ashanti é transformar os projetos das OSCs em 'negócios sociais'.

Contudo, as parcerias estabelecidas junto às OSCs através de apoio financeiro para a efetivação de projetos sociais faz emergir algumas questões para as quais devemos dispensar nossa atenção. Nota-se, por exemplo, no edital para seleção de projetos, um direcionamento mercantil como condição de financiamento do negócio, fato visto por meio do discurso que prega a adoção

²⁸ Fonte: https://issuu.com/anglogoldashantibr/docs/balanco_parcerias_sustentaveis_2019 (acesso: 11/11/2020).

de um modelo empresarial (ou de estímulo ao empreendedorismo) no que tange a forma de gestão dos recursos a serem destinados para o projeto. Um exemplo pode ser observado nas consultorias oferecidas para a manutenção dos 'empreendimentos' implementados e, logo, a garantia de transformação em um 'negócio social', corroborando com a construção de um novo imaginário ou novo 'senso comum' criado em torno do associativismo local, cujo caráter empreendedor se sobrepõe ao da cidadania. Dessa forma, os impactos negativos ambientais provocados pelas operações minerárias exploratórias (e irreversíveis) podem perder foco de resistência pelo tecido associativo comprometido ou constrangido com o forte investimento empresarial. Há ainda o fato de que algumas pautas identitárias conseguem ganhar certa visibilidade em termos locais, mesmo que de forma ilusória, com a disseminação de ideais relacionadas à promoção de empreendedorismo para mulheres ou a inclusão de causas étnico-raciais no âmbito de alguns projetos, embora a complexidade de tais temas não seja explorada, como a contradição trabalho-capital ou os problemas relacionados a exclusão social de algumas minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento das informações divulgadas pelas doze mineradoras do vetor sudeste da RMBH investigadas neste trabalho, dentre empresas nacionais – Grupo AVG, Grupo MBL, Herculano Mineração, Minerita e Vórtice Mineral – e multinacionais – AngloGold Ashanti, ArcelorMittal, CSN Mineração, Jaguar Mining, Mineração Usiminas, Vale e Vallourec Mineração –, constatou-se alguns aspectos importantes no que diz respeito a algumas formas de associação entre essas empresas e a sociedade civil nos locais onde operam. Foi possível identificar a estratégia das empresas no sentido de construírem uma boa imagem corporativa pela adoção de alguns valores difundidos por órgãos internacionais relacionados à ideia de sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável, termos cada vez mais valorizados pela sociedade, de modo geral. Num contexto econômico fortemente globalizado e financeirizado, o alinhamento a esses princípios 'universais' tornou-se imperativo para conquistar um bom posicionamento no mercado, ganhar credibilidade junto aos investidores e, ainda, demonstrar a importância adquirida pelo setor privado nas últimas décadas, e como agente capaz de promover transformação nos territórios onde atuam.

Nota-se, no geral, 3 (três) princípios conformadores dos discursos estratégicos recorrentes entre as empresas: Sustentabilidade, Segurança e Responsabilidade Social. Conforme informado pelas próprias mineradoras, eles são a base definidora da atuação empresarial no campo das práticas laborais e, especialmente, no que tange aos 'investimentos sociais privados'.

A Sustentabilidade se faz presente em todas as empresas, demonstrando o quanto o tema tornou-se um elemento de destaque na atualidade sendo, inclusive, responsável pela geração de valor de mercado. Sua utilização em larga escala é o retrato disso. Conforme Botta e Donadone (2015), o conceito de 'sustentabilidade' substituiu o termo 'responsabilidade ambiental' e propagou-se a partir de 2006, época que coincide com o aumento da difusão dos relatórios de sustentabilidade no Brasil como meio de prestação de contas à sociedade. Tal temática entretanto, é ainda tratada, em alguns casos, como Meio Ambiente e/ou Responsabilidade Socioambiental.

A incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como diretrizes, permite que sejam construídas ações alinhadas a um série de medidas a favor do meio ambiente, da equidade social, entre outros aspectos. Contudo, ao assumirem tal compromisso com o órgão internacional, há exigência de que os dados comprobatórios das ações implementadas sejam divulgados de forma periódica para demonstrar o progresso e os resultados das iniciativas sociais e das 'práticas sustentáveis'. Desse modo, a transparência na prestação de contas deveria ficar a cargo dos Relatórios de Sustentabilidade, cujas diretrizes internacionais guiam a construção e a padronização destes documentos, o que não ocorre. O mercado financeiro também evidencia que o desempenho corporativo é fortemente influenciado por critérios de sustentabilidade incorporados pelo setor privado.

Mas o que se observa é que os padrões internacionais seguidos pelas mineradoras se converteram em estratégias, mais do que ações efetivas visando a transformação dos locais onde exploram, sendo comum a adoção desses padrões também para ganhos financeiros no mercado. Conforme apresentado, os relatórios anuais não fornecem informações completas acerca dos investimentos sociais realizados e a descontinuidade entre tais documentos dificulta a compreensão dos processos, bem como a mensuração dos resultados. Assim, entende-se que a materialização dos interesses de mercado parece ser o principal norteador da práxis empresarial, ao contrário do discurso disseminado através da apropriação de diretrizes internacionais – ODSs da ONU, por exemplo – para associar a imagem das empresas a esses princípios.

No campo dos 'investimentos sociais privados', temas relacionados ao meio ambiente converteram-se nos pilares das ações propostas, especialmente por meio da incorporação da ideia de Sustentabilidade. Entretanto, o objetivo parece ser o de agregar mais valor de mercado aos próprios negócios, já que não ficou claro como o conceito vem contribuindo ou sendo aplicado, em termos práticos, no âmbito das ações sociais, uma vez que os dados comprobatórios disponibilizados não são expostos de forma satisfatória. O alinhamento às diretrizes internacionais é, novamente, utilizado mais como uma regra do que propriamente como um instrumento a ser seguido para beneficiar as comunidades locais e o meio ambiente. É também o caso das alianças realizadas com determinadas OSCs, que em grande medida converteram-se em mecanismos de legitimação das práticas empresariais através da incorporação do discurso mercantil-filantrópico, redutor do caráter reivindicatório (ainda existente em alguns casos) em prol da ideia do empreendedorismo social como um modelo emancipatório (ilusório) no âmbito local.

REFERÊNCIAS

ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL. AngloGold Ashanti, 2020. *Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2019*. Disponível em: <<https://www.anglogoldashanti.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-de-Desenvolvimento-Sustentavel-2019.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2021

AMISA – ASSOCIAÇÃO DAS MINERADORAS DE SERRA AZUL. Amisa, 2020. *Amisa*. Disponível em: <<https://amisaserraazul.com.br/amisa/>>. Acesso em 10 jun. 2021.

BOTTA, Elisa; DONADONE, Júlio César. Internacionalização, disputas sociais e ação dos intermediários na construção da responsabilidade social empresarial brasileira. *Estudios Sociales*. Santa Fé, n.48, pp. 175-204, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/EstudiosSociales/article/view/5106/7747>>. Acesso em 19 agosto 2021.

BRASIL ARCELORMITTAL. ArcelorMittal, 2019. *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Disponível em: <https://brasil.arcelormittal.com/sala-imprensa/publicacoes-relatorios/brasil/relatorio-de-sustentabilidade-2019>. Acesso em: 24 mar. 2021.

B3. B3: A Bolsa do Brasil, 2017. *Produtos e Serviços ESG*. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/apresentacao/>. Acesso em: 17 maio. 2021.

CAMPOS, Lucila et. al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gestão & Produção*. São Carlos, v. 20, n. 4, pp. 913-926, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v20n4/aop_gp0954_ao.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. CSN, 2020. *Relatórios*. Disponível em: <<https://esg.csn.com.br/relatorios/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

COUTO, Ebenézer; COSTA, Armando. Trajetória histórica da empresa Mineração Morro Velho. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, 2003.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. In: *Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Ano VII, n. 19, pp. 341-350, 2006.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO CSN. Fundação CSN, 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaocsn.org.br/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. Fundação Renova, 2021. *Nossos Programas*. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas. Gife, 2020. *Investimento social privado*. Disponível em: <<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade 2006*. São Paulo: GRI, 2000-2006. Disponível em: <http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/gri_port.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GRUPO AVG. Grupo AVG, 2021. *Princípios*. Disponível em: <<https://avg.com.br/responsabilidade-socioambiental/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GRUPO MBL. Grupo MBL [20--]. *Compromissos*. Disponível em: <<https://grupombl.com.br/compromissos/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

HERCULANO MINERAÇÃO. Herculano Mineração [20--]. *Compromissos*. Disponível em: <<http://herculanomineracao.com.br/compromissos/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

JAGUAR MINING INC. Jaguar Mining, 2021. *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em: <<https://www.jaguarmining.com/site/assets/files/2178/relatorio-de-sustentabilidade-jaguar-mining-2017.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA. Minerita, 2021. *Estratégia*. Disponível em: <<http://www.minerita.com.br/site/estrategia.php>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Pacto Global, 2020a. *Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso em: 17 maio 2021.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. Pacto Global, 2020b. *No Brasil*. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/no-brasil>. Acesso em: 02 jun. 2021.

RIBEIRO, Luiz César. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. *Texto para discussão interna 012 – INCT Observatório das Metrópoles*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

USIMINAS. Usiminas, 2020. *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Disponível em: <<https://www.usiminas.com/wp-content/uploads/2020/06/Relatorio-Sustentabilidade-Usiminas-2019.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

VALE. Vale [201-]. *Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/sustainability/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

VALLOUREC. Vallourec, 2019. *Sustentabilidade*. Disponível em: <https://www.vallourec.com/-/media/Corporate_WebSite/BR_Documents/Relatrio_Sustentabilidade_2015_2016.ashx>. Acesso em: 04 mar. 2021

VÓRTICE MINERAL. Vórtice, 2017. *Responsabilidade Social*. Disponível em: <<http://www.vorticemineral.com.br/responsabilidade-social/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.